

A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias¹

How journalism contributes to reproduce inequalities:
an ethnographic study about news production

Marcia Veiga da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Av. Paulo Gama, 110, Bairro Centro, 90040-060, Porto Alegre, RS, Brasil.
marciaveiga2005@gmail.com

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Av. Paulo Gama, 110, Bairro Centro, 90040-060, Porto Alegre, RS, Brasil.
virginia@ufrgs.br

Resumo. Neste artigo, discutem-se dados de pesquisa realizada com objetivo de compreender a participação do jornalismo na formação de valores que geram estereótipos e desigualdades sociais investigando pistas sobre como estes se constituem ou se transformam. Através do método etnográfico, acompanharam-se durante 11 semanas todas as etapas da produção de notícias de um dos programas jornalísticos da RBS TV, emissora pertencente ao Grupo RBS, maior conglomerado de comunicação do Sul do Brasil. Analisando o cotidiano dos jornalistas, com a atenção para as relações entre eles e para as rotinas produtivas, conclui-se que a heteronormatividade foi um padrão normativo que orientou seus valores pessoais e profissionais nas tomadas de decisão, o que resultou em discursos noticiosos marcados por valores sociais hegemônicos que reforçam hierarquias e desigualdades a partir de alguns marcadores sociais.

Palavras-chave: jornalismo, gênero, produção de notícias.

Abstract. This article analyzes the data originated in a research carried out in order to cast some light on the participation of journalism in shaping values that create stereotypes and social inequalities. The research investigated how these values are formed and how they evolve. Through an ethnographic method, all the stages of the news production of a news broadcast were monitored along 11 weeks. The program is regularly broadcast by RBS TV, which belongs to Grupo RBS, the biggest communication conglomerate in Southern Brazil. Analyzing the daily routine of the journalists, with focus on the relationships they keep among themselves, and also on the productive routines, the study reached the conclusion that heterosexuality was a normative pattern that guided their personal and professional values in the decision-taking process, which resulted in presentations marked by hegemonic social values that reinforce hierarchies and inequalities from some social markers

Key words: journalism, gender, news production.

¹ Uma versão deste texto foi apresentada ao GT *Estudos de Jornalismo* do XX Encontro da Compós, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

Introdução

Dentre as diversas perspectivas de reflexão sobre o jornalismo, interessa-nos neste artigo refletir sobre seu poder simbólico e sua contribuição para a formação de valores na sociedade. Acreditamos ser esta uma estratégia para investigar a participação do jornalismo na cultura e suas implicações na produção, transformação e/ou resignificação de normas, estruturas, hierarquias e desigualdades sociais. Partindo do pressuposto de que no Brasil as desigualdades se manifestam especialmente através de marcadores sociais de gênero, classe, raça e orientação sexual, perceber os modos como as notícias participam dos processos de produção simbólica e hierarquização desses marcadores pode dar pistas de como algumas diferenças são transformadas em desigualdades na cultura.

Acredita-se que investigar as rotinas produtivas das notícias é um meio para se conhecer modos de produção simbólica do jornalismo. Em especial com um olhar sobre as formas como as convenções sociais são (re)produzidas e representadas nas notícias, e sua incidência na construção da realidade e nas normas sociais. Para compreender essas questões, desenvolvemos uma pesquisa² de recorte etnográfico, um estudo de *newsmaking*, ao longo de 11 semanas³, na redação de telejornalismo de um dos programas da RBS TV, emissora de Porto Alegre (RS). A esse telejornal atribuiu-se o título fictício de *Semanário*, assim como pseudônimos aos seus membros, a fim de proteger a identidade dos interlocutores da pesquisa. O objetivo foi analisar as concepções de gênero dos jornalistas de forma a perceber se e de que maneira elas atravessavam a produção de notícias e contribuíam para a reprodução, manutenção, re-significação ou transformação de padrões de desigualdade, e se expressavam a prevalência da heteronormatividade como padrão social comportamental.

Neste artigo pretendemos discutir algumas percepções da pesquisa, dedicando-nos especialmente a descrever a incidência dos valores sociais dos jornalistas, em consonância com os valores e convenções sociais hegemônicas, e os reflexos desta complexa mescla na produção dos discursos noticiosos circulantes com valor de verdade.

Das certezas que regem a sociedade às verdades que circulam nas notícias

Todos os dias os meios de comunicação nos convidam a refletir sobre os comportamentos humanos a partir de discursos (com *status* de verdade) oriundos de instâncias de poder e de saber que, sobretudo, nos indicam a existência de um padrão social que serve de parâmetro sobre o que se convencionou como normal, sadio, natural e legítimo nos comportamentos, corpos, identidades sociais, etc. O pressuposto de que os sujeitos nascem homens ou mulheres – e com isso têm seus gêneros orientados respectivamente para seus atributos equivalentes (homens/fortes, mulheres/sensíveis, por exemplo) – e de que são, essencialmente, heterossexuais, são algumas das “certezas” cotidianamente reafirmadas como inatas e que servem de sustentação para moldar as relações sociais em um padrão que muitos estudiosos chamam de heteronormatividade (Butler, 2003). Implícitos a estas conformações estão os parâmetros que dizem respeito a marcadores sociais hegemônicos, tais como gênero, classe, raça, sexualidade, geração e religião, que constituem o centro a partir do qual as relações se organizam *a priori*: sujeitos e atributos masculinos, brancos, casais monogâmicos, famílias constituídas por laços de sangue, classe média, heterossexuais, judaico-cristãos. Esses atributos, tomados como parâmetros do normal para a constituição das regras que regem o social, segundo alguns teóricos, acabam por constituir uma hierarquia social excludente que pode ser compreendida por meio da imagem de uma pirâmide de distribuição do poder, cujo topo é formado pelo masculino hegemônico, e a base por atributos que remetem aos que se colocam no pólo oposto – como mulheres, gays, lésbicas, negros, pobres, etc. (Rubin, 1993).

Para refletir sobre essas hierarquias e sobre como as diferenças são transformadas em desigualdade, o conceito de gênero é central. Entendido como “um modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14), gênero é igualmente utilizado como categoria analítica e teórico-epistemológica:

² Pesquisa realizada por Márcia Veiga da Silva no âmbito do curso de mestrado, no período 2008-2010, orientada por Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca, que resultou na dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*.

³ No período de 05 de março a 18 de maio de 2009.

Analítica: gênero como uma categoria relacional que remete à produção simbólica, no plano de valores, das convenções de feminilidades e de masculinidades, em determinadas configurações sócio-históricas; e teórico-epistemológicas: gênero tomado como um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder (Bonetti, 2009, p. 217).

O conceito de gênero é adotado para refletir sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder, e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades, bem como se constituem e se reproduzem na e pela mídia. Nessa perspectiva, encontra-se na vertente dos estudos feministas pós-estruturalistas abordagens mais amplas,

que nos levam a considerar que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e masculino, ao mesmo tempo que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou resignificação (Scott; Louro; Meyer apud Meyer, 2003, p. 16).

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas práticas sociais, nas famílias e até mesmo nas notícias. É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam o masculino e o feminino, indicando, também, os seus lugares sociais. Todas as conformações comportamentais que estejam fora dos padrões de masculinidade e feminilidade hegemônicas, assim como os sujeitos cujos marcadores sociais e arranjos afetivo-sexuais não estejam em consonância com o que se convencionou a “normalidade”, encontram-se à margem, produzidos socialmente como desvios (Louro, 2004). E nessas produções, o poder simbólico da mídia — e do jornalismo em particular — é de grande relevância e incidência, ainda que sua ingerência não se dê de forma deliberada, mas sim como um reflexo da retroalimentação do jornalismo com a cultura e os sistemas de valores.

Nossas narrativas individuais estão permeadas e permeiam o jornalismo em numa dinâmica interativa. A constituição do sujeito e de suas posições sociais, as formas como constitui sua identidade, reconhece-se num grupo, numa cultura, se dão nas aprendizagens cotidianas que são essencialmente marcadas pelas interações sociais e pela participação ativa de instituições que contribuem nesse sentido, como os meios de comunicação, e o jornalismo em particular.

Sendo a mídia uma instância pedagógica, um dos lugares onde se aprende a ser sujeito na sociedade (Fisher, 1997; Meyer, 2003), e o jornalismo, um conhecimento social (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1997), colocar o foco na forma como os atributos de gênero, de classe, de raça, e as características sexuais são representadas nesses espaços contribui para que percebamos “tudo que socialmente se construiu sobre os sexos” (Louro, 1997, p. 21), sobre os comportamentos, sobre as normas e hierarquias sociais. Faz com que percebamos também de que maneira essas construções se constituem, se transformam (ou não), como permeiam as instituições e seus membros e retornam para a sociedade incidindo na cultura — na forma de ensinamentos, como no caso do jornalismo.

Da instância pedagógica representada pela mídia, que nos “fornece [didaticamente] esquemas tipificadores para as principais rotinas da vida cotidiana [...]” (Ponte, 2005, p. 99), o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função “educativa” se traduz, sobretudo, pela necessidade de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade” e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo, assim, se reflete num conhecimento social e cultural que ensina ao mesmo tempo que constrói realidades.

Escrutinando a produção jornalística, compreendendo o jornalismo como um conhecimento, capaz de cotidianamente participar da vida reiterando discursos oriundos de instâncias de poder e de saber que regem as convenções normativas, poderemos perceber a mescla complexa que coloca o

próprio jornalismo no centro das produções simbólicas que participam do processo de formação de valores em uma sociedade. E uma das chaves para estas reflexões está no processo de produção das notícias.

Para conhecer o processo de construção das notícias e, também, modos de construção da realidade (Traquina, 2005), é fundamental acompanhar empiricamente as rotinas produtivas e perceber o percurso de criação de significados envolvidos nestas tarefas e conjugados aos modos operativos e técnicos desta produção. Assim, os jornalistas, responsáveis pela transformação dos acontecimentos em notícias, são centrais. São eles os elementos humanos capazes de produzir significados a partir dos sentidos que determinados fatos lhes geram ou não; são eles os responsáveis por dar “vida” ao acontecimento pelo reconhecimento dos valores- notícias capazes de transformá-los em notícia.

Ao longo de pesquisa empírica realizada junto ao programa telejornalístico *Semanário*, ao observar os processos seletivos, as relações entre os profissionais e o processo de produção que transforma fatos em notícias percebemos o quanto a subjetividade – espaço onde residem as visões de mundo dos jornalistas – se relacionava com os critérios de noticiabilidade. Aos poucos, ao longo de quase três meses de observação participante junto ao programa, percebemos o quanto os valores-notícia (elementos que operam como uma estrutura de primeiro plano, que pressupõe uma estrutura profunda, que está escondida), as noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que ajudam a marcar as fronteiras entre o “normal” e o “desvio”, entre o “legítimo” e o “ilegítimo” (Hall *apud* Traquina, 2005, p.86), estavam permeados dos valores sociais e pessoais dos jornalistas, sendo estes fatores inconscientemente acionados na produção noticiosa, indicando uma ligação entre a cultura profissional e o plano de valores hegemônico na sociedade.

As visões de mundo, os valores sociais e culturais dos jornalistas mostraram-se presentes nas escolhas feitas no processo produtivo das notícias do *Semanário* superando a ingerência dos valores da própria empresa, cujas diretrizes não chegavam a cercear ou comprometer, de forma evidente, a criação profissional, e muitas vezes iam ao encontro das visões dos próprios profissionais. Essas percepções se deram no contexto da pesquisa de campo e estão respaldadas pela

vivência empírica do cotidiano, das relações que se estabeleceram entre os interlocutores da pesquisa, deles com a pesquisadora, com os modos de produção, com a empresa, e por tudo que se pôde acompanhar no período. Esse foi o objetivo do acompanhamento do processo de produção das notícias, pois acreditávamos ter na observação desse percurso um meio de compreender se e como os valores sociais hegemônicos da sociedade perpassavam a construção das notícias, e se e de que maneira contribuíam para a reprodução da heteronormatividade.

A produção de uma matéria sobre a vida noturna nos parques da capital do Rio Grande do Sul (RS) foi um dos momentos em que mais claramente pôde-se perceber a imbricação entre os valores profissionais, os valores sociais e culturais dos jornalistas e o conjunto de valores mais proeminentes na sociedade. Não foi esta a única produção jornalística a revelar essas relações durante o período de observação, mas serviu como um *case* para a discussão central da pesquisa. Assim, optamos por apresentar neste artigo fragmentos sobre o percurso produtivo desta matéria, a fim de discutir a presença dos valores sócio-culturais dos jornalistas como fatores marcadamente presentes em todo o processo de escolha e noticiabilidade. Acreditamos que esses fatores contribuem para uma reflexão acerca das impossibilidades de um fazer jornalístico objetivo e neutro, da impossibilidade das notícias serem um reflexo da realidade e, sobretudo, dos modos como o jornalismo se imiscui na formação de valores sociais hegemônicos.

As constatações obtidas ao longo da pesquisa permitiram entender que as posições de sujeito e visões de mundo dos jornalistas eram acionadas inconscientemente na atuação profissional. Como tal, permeavam o processo de construção das notícias numa intrínseca e sutil relação que permanecia nas tomadas de decisão e que resultava em representações parciais da realidade. Deste modo, evidenciavam o quanto as hierarquias, as convenções e valores sociais, os padrões de normalidade e os modos como se dava o sistema de valores daquele grupo em muito se assemelhavam ao padrão heteronormativo, padrão social que estava a orientar os jornalistas em suas escolhas. A seguir discutiremos o processo produtivo da matéria analisada, que acreditamos ser ilustrativo das percepções obtidas.

Produzindo notícias, construindo realidades, “tipos de gente” e normatividades

Denominada ‘matéria do parque’, a reportagem escolhida para discussão tinha o objetivo de mostrar os diferentes grupos sociais que utilizavam os parques da capital do RS no período que vai do anoitecer à madrugada. Desde a concepção da pauta, essa matéria foi entendida como “forte”, tomada pelo valor-notícia “risco” pelos integrantes do programa, que de antemão “sabiam” o que encontrariam nesses espaços: “Porque à noite, nos parques, o que tem são gays, viciados e traficantes”⁴.

A reportagem foi realizada por Kauã⁵, produtor, editor de textos e também repórter do *Semanário*. Ele foi o profissional responsável por todas as fases de produção dessa reportagem, embora tenha contado com a colaboração de outros colegas na produção do texto e também na edição final. Acompanhou-se grande parte do processo, exceto as gravações externas, em que o repórter não permitiu ser acompanhado pelo “risco” que alegadamente correr-se-ia.

Kauã já havia manifestado anteriormente, em diversos momentos da pesquisa, suas concepções de gênero e sua “inconformidade” com sexualidades diversas do que ele compreendia como “normais”. Ao fazer essa reportagem, demonstrou que seus valores estavam em choque com o universo que iria narrar, mas também seus colegas manifestaram suas formas de compreensão no mesmo sentido:

[redação, ilha Semanário] Estávamos reunidos na ilha Antonio, Cláudia e eu quando Kauã chegou e começou a falar sobre a gravação que fez dos parques à noite. Empolgado, conta que esteve no Parcão⁶ e que falou com um veado que teria lhe dito que os frequentadores da noite fazem sexo no banheiro, que muitas pessoas de família, que moram nos prédios ao redor, vão até lá fazer sexo. Ele conta que este entrevistado

teria se identificado como homossexual e que teria explicado que lá (no Parcão) é outra classe, que ninguém cobra. Antonio comenta: chinelagem tem em todos os níveis. Kauã continua contando, diz que também esteve no parque Marinha⁷ e entrevistou um homossexual que lhe explicou que a única forma dele (Kauã) entrar na Redenção⁸ é se for acompanhado da Marcey (travesti presidenta da ONG Igualdade). Kauã diz que ficou com medo de pegar AIDS falando com essas pessoas. Perguntei por quê? Ele respondeu: Essas pessoas cospem quando falam, e eu fiquei com medo, nem apertei a mão. Claudia logo em seguida diz: Isso não é povo, é sub-povo. Enquanto Kauã fala sobre sua experiência, os outros ficam espantados, e ele se empolga ainda mais (DC, 26/04/09)⁹.

O encontro com os “excêntricos” (os que estão à margem do centro), ou “chinelagem”, “sub-povo”, “veados”, segundo manifestaram os interlocutores ao se referirem a alguns dos sujeitos encontrados nos parques à noite, marcava não apenas o estranhamento, o medo e a manifestação de conceitos prévios expressos nos adjetivos pejorativos utilizados para caracterizar as personagens da matéria. Era também, fundamentalmente, a expressão das visões de mundo dos jornalistas diante daqueles que fugiam da “normalidade” comportamental, de corpos, de formas de viver a sexualidade, o gênero, entre outras coisas. Essas compreensões estiveram presentes durante todo o percurso produtivo da notícia.

As intersecções entre gênero, sexualidade e classe, por exemplo, também foram marcantes na produção dessa reportagem. Um dos primeiros grandes estranhamentos percebidos pelos jornalistas foi a “descoberta” de que no Parcão, cujo imaginário social remete a esporte, lazer e sociabilidade das classes abastadas, havia prática homossexual no período noturno. Esse estranhamento, acompanhado de juízos de valor, foi manifestado por todos os

⁴ Comentário de Samuel, apresentador e repórter do *Semanário*, Diário de Campo 20/04/09.

⁵ Todos os nomes aqui citados são fictícios.

⁶ Parque situado em bairro de classe alta da cidade de Porto Alegre, reconhecido pela frequência de pessoas deste mesmo estrato social e por esportistas, competidores.

⁷ Parque situado em bairro de classe média de Porto Alegre, frequentado por pessoas de classe média e baixa.

⁸ Parque na região central de Porto Alegre, cujo nome oficial é Farroupilha, mas que é reconhecido pelo público como Redenção. Frequentado por pessoas de classe média.

⁹ Todas as citações de trechos extraídos do Diário de Campo (DC) da pesquisa estão aqui reproduzidas com formatação diferenciada com a finalidade de distingui-las das citações bibliográficas.

jornalistas que de algum modo participaram da construção da matéria:

Volto para ilha de edição com Kauã. Ele continua decupando as fitas e usa o termo veado para se referir a um de seus entrevistados. No VT, a fita do Parcão. Aparecem imagens de homens andando e Kauã me diz: mais homossexuais. Eu pergunto: tu tens certeza? Ele me responde: sim, eles estavam se punheteando. A próxima sonora é de um entrevistado dizendo que era gay e afirmando que há diferença entre as pessoas que freqüentam o Parcão e os que freqüentam a Redenção à noite; explica que no Parcão o nível era melhor. Kauã comenta comigo: isso eu achei horrível. São tudo puto igual. A sonora segue, e o entrevistado fala que ninguém os vê. Sobre essa fala Kauã me diz: isso é bom (DC, 30/04/09).

O repórter parecia já saber a identidade sexual das pessoas sem entrevistá-las, apenas pelo gestual, como justificou, no caso acima, pela masturbação que diz ter visto. Identidade, segundo as correntes teóricas às quais nos filiamos, é algo que se autodenomina, e quando alguém o faz a outrem, o faz carregado de valores e sentidos, atribuindo uma diferença ao outro a partir de um lugar que se pressupõe melhor, como aconteceu com Kauã. Já a prática de sexo e de prostituição nesse parque, ainda mais por homossexuais masculinos, parecia não fazer parte do imaginário desse repórter, pois, em sua visão de mundo, parecia não haver distinção de classe, de gênero, de práticas sexuais entre essas pessoas, que deveriam ser percebidas como uma grande categoria única: “putos”.

As conversas entre os jornalistas foram muito ilustrativas das manifestações de seus juízos de valor, que acabavam sendo expressos nas escolhas que foram sendo empreendidas no processo e passando por diversos profissionais. Ao longo de uma semana, período que a matéria levou para ser realizada, exibida e avaliada, as posturas e os resultados concretos expressos nas seleções e em suas respectivas justificativas trouxeram dados importantes que, sobretudo, revelavam que a heteronormatividade era o parâmetro que permeava as lentes pelas quais os jornalistas compreendiam a realidade. Mais do que isso, produziam os contornos daquilo que seria dado a ser visto como realidade na forma de notícia.

Para ilustrar alguns dos momentos em que a mescla de valores culturais dos jornalistas se imiscuía nos valores profissionais, apresentamos fragmentos do diário de campo, produzidos a partir da observação realizada na fase de edição, em que os diálogos entre os responsáveis dão a tônica do formato final dessa reportagem. Na ocasião, o chamado “esqueleto” da matéria já havia sido feito pelo repórter Kauã, com contribuição de Samuel (apresentador), Olinda (repórter) e Zane (editor de textos). A partir do esqueleto, há um certo roteiro pelo qual a edição deve seguir. Esse passo foi realizado por Claudia (editora executiva do programa) e Daniel (editor de imagens).

[ilha de edição, Daniel, Claudia] Daniel estranha o esqueleto e aos poucos começa a demonstrar inquietação com o tema e com os personagens da matéria. Surge o primeiro contato com os “personagens” que freqüentam o parque na madrugada. O off fala que a equipe foi para o Parcão, e que o parque, um dos preferidos por quem pratica esportes, fica quase deserto depois das dez da noite e os poucos vultos que se perdem na sombra da noite na maioria são de homossexuais que utilizam o lugar para praticar sexo. Em seguida, entra a sonora de homossexual e Daniel estranha, não acredita que este esteja no Parcão e pergunta para Claudia: Mas não é no Parcão que fazem sexo, né? Não é, ta falando do parque preferido para esporte, né? [...] Na parte da sonora em que o homossexual entrevistado diz que muitos dos homens casados e heterossexuais que vão atrás de sexo no parque são moradores da vizinhança, Claudia se surpreende e diz: Bah, mas podia ser um vizinho nosso! Daniel ainda não se conforma de que se trata de homossexuais e dá a entender que acredita que sejam mulheres, prostitutas que estão lá, e por conta da imagem escura que não mostra o rosto do entrevistado, o editor parece insistir em não acreditar. Claudia explica que são homens que fazem sexo no parque, e não mulheres (DC, 01/05/09).

Novamente, as práticas homossexuais e a prostituição masculina num parque situado numa região de classe social elevada causaram imenso estranhamento, revelando o padrão de valores comum aos jornalistas daquele grupo. Claudia e Daniel são muito explícitos:

Claudia percebe que Samuel não gravou o off direito e diz: Samuel não falou homens casados, só falou homens. Daniel, mais uma vez manifesta seu desconforto com os rumos da matéria: ta indo pelo lado errado. Bom, mas não me importa. Claudia diz: mas é que são heteros. Daniel responde: não me interessa. Por mim, não junta. Pelo que entendo, Daniel não acha que tenham que gravar um novo off dizendo que os homens casados e homossexuais freqüentam o parque para fazer sexo com outros homens, e mais do que isso, acha que não devem juntar heteros com homossexuais. Eles decidem tirar da matéria a parte dos heteros que fazem sexo com os homossexuais no parque. Daniel reclama: É o parque ou discutir quem faz sexo? Já disse, tem que extinguir essa raça. O editor de imagem está visivelmente incomodado com o mote da matéria, e não consigo entender a quem ele se refere quando diz que “tem extinguir essa raça”, mas pelo contexto, posso imaginar. De fato, ele extinguiu a informação sobre as práticas homossexuais do grupo dos heterossexuais, que não seriam levadas ao conhecimento do público na versão final da matéria. [...] Claudia volta ao roteiro e se referindo à Kauã diz: Ai! Ele vai voltar aos homossexuais. Daniel responde: Tu viu? Agora virou coisa de travesti. Claudia explica: Não, tem os homossexuais. Daniel afirma: Homossexual é travesti. Claudia contesta: Não é a mesma coisa. Travesti faz isso por dinheiro. Daniel contra-argumenta: Mas é tudo a mesma coisa. Claudia: Pronto, agora um michê. A gente já falou dos travestis, dos homossexuais e pouca gente falando. Daniel, indignado diz: ai, vai pros michês, vai pros drogados. Tá muito massacrado isso. Acho que tinha que colocar gente reclamando dos gays, dos drogados (DC, 01/05/09).

O fragmento acima parece bem ilustrativo das concepções de gênero e sexualidade dos interlocutores da pesquisa. Assim como no senso comum, não havia distinção entre as diversas identidades e práticas sexuais. Daniel, assim como Kauã, pensava que essas pessoas eram tudo a “mesma coisa”, e uma “mesma coisa” pejorativa. Mesmo sem saber a distinção, como demonstrou também Claudia, ao

ignorar que travesti é uma identidade que não se autodenomina homossexual (e, sim, heterossexual), e que suas práticas sexuais não se restringem à prostituição, eles afirmam suas verdades. Em nenhum momento foi percebida qualquer tentativa de compreensão sobre aquele universo diferente e tão estranho por parte dos interlocutores da pesquisa. Ao contrário, como também aconteceu na fase de avaliação da matéria, alguns preferiram julgar e buscar vozes autorizadas (como o Ministério Público, a Prefeitura, a polícia), que iam ao encontro dos valores dos jornalistas, para fazer esse julgamento, abrindo margem para propostas repressoras, como o cercamento dos parques:

Daniel sente falta de fontes: mas não tem Ministério Público, polícia, ninguém falando? A prefeitura tem que falar. Cadê os guarda-municipais? Não querem cercar [os parques]? Claudia responde: Não, é só o parque. Claudia acha que a fala de um entrevistado que diz que freqüenta há 34 anos o parque da Redenção à noite é boa. Daniel diz como acha que a reportagem deveria ter sido feita: essa matéria devia ter sido feita que nem no Balança¹⁰. Tinha que ter entrado com pau de luz, invadir o parque e colocar todo mundo correndo (DC, 01/05/09).

A diferença entre o grupo dos jornalistas e dos freqüentadores do parque, além de ter sido marcada pela desigualdade, em que os jornalistas se postam num lugar superior aos demais, acabou demonstrando, como acontece de modo geral na sociedade, que a violência pode ser considerada uma “solução” para “corrigir” aquilo que se julga errado ou fora dos padrões. Na passagem acima, quando Daniel diz como pensava que a matéria deveria ser feita, dá indicativos de que deveriam agir de forma impositiva, de cima pra baixo, do lugar de quem está acima dos demais e com uma certa violência, capaz de assustar e afugentar aquelas pessoas. Pelo que demonstra, pensava que não deveria haver diálogo, e sim uma postura de repressão por parte dos jornalistas, confundindo as atribuições da imprensa com as da polícia. A possibilidade de uma ação impositiva e violenta de uma cultura sobre a outra indicava ser o caminho “natural” para

¹⁰ “Balança” era o apelido dado ao programa jornalístico *Balanço Geral*, da rede Record, de perfil sensacionalista.

lidar com a diferença. Isso sem levar em conta a violência simbólica que pode ser produzida e reforçada através de discursos que, de um modo ou de outro, suscitem-na, e que no caso do jornalismo, levando em conta seu papel na produção de conhecimentos sociais, tem contribuição na formação de valores.

A edição seguiu com seus editores permanentemente manifestando juízos de valor, ironias, deboches e inconformidades diante do universo que, por ser tão distinto dos seus, era entendido como inferior e anormal. Em termos gerais, o tom obscuro que conferiu à matéria o risco como principal valor-notícia, e aos entrevistados da madrugada o caráter insólito de perigo, de coragem e de marginalidade, foi mantido. Os personagens que compunham o perfil de sujeitos e práticas “excêntricos” foram cruciais para delinear os contornos da narrativa: “Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem sujeitos que importam” (Louro, 2002, p. 27).

A avaliação da matéria foi feita na reunião de pauta do dia seguinte à exibição do programa e contou com a participação do chefe de redação, além dos membros da equipe do *Semanário*. O clima de estranhamento permanecia, e as chefias da empresa também manifestaram suas impressões:

Na reunião, começam a avaliar a matéria do parque. Todos se dizem impressionados com a quantidade de coisas que existem nos parques e dão mostras de ter gostado, de um modo geral. Everton [chefe de redação] diz que Denis [gerente de telejornalismo] e Zânia [gerente de produção] acharam que faltou a segunda parte da matéria, que faltou falar por que a polícia não entra. Ele conta que Denis sugeriu uma suíte (uma retomada) no próximo programa com essas informações, entrevistando polícia e prefeitura, que sugeriu que mostrem os parques que são cercados e que pediu que façam um fala-povo para saber o que a população acha do cercamento. Os membros da equipe discordam da retomada por achar que se isso for feito deve ser feito por outro programa, porque o Semanário dá em primeira mão e cabe aos demais repercutir. Samuel acha que se co-

meçarem a ouvir muita gente do Estado vai ficar muito chapa-branca. Everton retoma a palavra e diz que acha que deveriam ter ampliado a discussão, deveriam ter falado do cercamento, e que isso foi comentado entre os cabeças hoje. Samuel argumenta que a matéria mostrou a realidade, bateu uma foto (DC, 04/05/09).

A direção da empresa parecia estar em sintonia com o editor de imagens na leitura da matéria: o estranhamento sugeria uma solução, uma correção para os comportamentos encontrados. A sugestão de um suíte¹¹ na semana seguinte, com entrevistas com a polícia e a prefeitura, parecia ter o propósito de confrontar essas instituições do Estado para uma tomada de providências em relação a algo que os “cabeças” da empresa entendiam como ilegal e que merecia solução. A discussão sobre o cercamento dos parques é uma das propostas mais polêmicas da cidade, que não chegou a avançar muito, mas que encontra eco nas ideologias que sugerem políticas públicas restritivas e punitivas para a segurança pública. As soluções propostas, restritivas ou punitivas, tanto pelo editor de imagens quanto pela alta cúpula da empresa, leva-nos a refletir sobre quão tênue é a linha que separa a diferença da violência. E os desconhecimentos que os interlocutores da pesquisa alegaram ter sobre as “coisas” que existiam no parque, expressos também nos estranhamentos manifestados durante todo o percurso de produção da notícia, lembram Guacira Lopes Louro, quando fala sobre a ignorância e o conhecimento na perspectiva da Teoria Queer:

[...] o que está em questão é “o que é possível conhecer; como se vem a conhecer e, principalmente, como se vem a desconhecer alguma coisa; o que se suporta conhecer e o que se prefere ignorar. [...] Não seria possível pensar a ignorância como efeito de um jeito de conhecer?” (Louro, 2002, p. 26-27)

A ignorância dos interlocutores sobre a diversidade de pessoas e de práticas nos parques (ou em determinados parques), aliada ao juízo de valor impresso em várias etapas da construção da reportagem, dava mostras de que os jornalistas pesquisados tomavam

¹¹ “Suíte é a retomada de um assunto já abordado em outra matéria ou outro programa.

como parâmetro avaliativo um determinado conhecimento sobre como funcionam os comportamentos ditos “normais”. Um conhecimento é uma forma de conceber o mundo, e quando significado, torna-se uma verdade. Nesse caso, o conhecimento tinha a ver com determinadas concepções de gênero, de sexualidade, de classe, de geração, de normas, entre outros. Assim,

[...] a ignorância talvez deva ser compreendida como sendo produzida por um modo de conhecer, talvez ela possa ser entendida como uma forma de conhecer. [...] Há coisas e há sujeitos que são impensáveis no interior de uma determinada cultura [...] e eles são impensáveis porque não se enquadram numa lógica ou num quadro admissíveis àquela cultura, naquele momento. Essas práticas e esses sujeitos são estranhos, são excêntricos, [...] eles e elas transgridem a imaginação, são incompreensíveis e então são recusados, são ignorados (Louro, 2002, p. 27-28).

Os jornalistas e os entrevistados da reportagem, pertencentes a grupos sociais distintos, tinham formas também distintas de pensar a sexualidade, as noções de normalidade, as concepções de feminino e masculino, de certo e de errado. Havia visões de mundo diferentes em “tribos” diversas, mas ainda assim, a norma geral que norteia as convenções de gênero e de sexualidade perpassava ambos. Com isso não se está fazendo juízo de valor sobre qualquer um dos grupos, nem defendendo que algumas práticas sejam melhores, mais ou menos legais (do ponto de vista jurídico) que outras, mas apenas discutindo a existência de formas distintas de perceber a mesma realidade numa mesma sociedade e que, para além delas, há uma norma mais geral que serve de parâmetro e perpassa todos os grupos. Chama-se a atenção também de que, para além de uma discussão do que é legal, há o moral, este último muitas vezes um dos fatores responsáveis pela criação daquilo que é ou não normativo em uma sociedade num determinado período histórico, portanto variável não apenas entre os grupos de uma mesma sociedade, mas em permanente processo de transformação.

Pensando jornalística e socialmente, um repórter capaz de fazer um exercício de alteridade, que se perceba diferente de uma pessoa ou grupo, que consiga transpor essa diferença para conhecer o novo, poderia experimentar

novas narrativas, quem sabe mais inovadoras, menos previsíveis, recheadas de conhecimentos novos, e com possibilidades de contribuir com informações capazes de alterar a cultura que transforma a diferença em desigualdade. Poderia, quem sabe, ao menos saber fazer a distinção entre sexo e prostituição, entre travestis e homossexuais, entre garotos de programa e *crossdressers*. Uma travesti ou um garoto de programa não precisaria ser abordado com estranhamento, marginalização ou sensacionalismo. Assim como os jornalistas produzem excelentes narrativas sobre as histórias de vida de pessoas ditas “normais”, “cidadãos direitos”, também encontrariam histórias para serem contadas em outras formas de vida. Mas, não havendo abertura para conhecer o “estranho”, há boas chances de que os diferentes sejam inferiorizados e colocados em uma mesma e pejorativa categoria, ratificando o processo histórico que transforma a diferença em desigualdade, abrindo brechas para o recrudescimento de posturas intolerantes que podem se tornar violência. Sendo o jornalismo um conhecimento social e a mídia uma instância pedagógica, as ações profissionais genuinamente democráticas, de ampliação de vozes que compõem os discursos noticiosos, e o exercício de alteridade dos profissionais para o conhecimento do Outro podem ser caminhos para contribuir para importantes transformações sociais e culturais.

Considerações finais

As relações entre o jornalismo e a cultura encontram nas notícias – discursos produzidos com valor de verdade – o elo capaz de revelar suas imbricações. Mas não há como compreender as notícias sem levar em conta as implicações dos jornalistas, sujeitos que atribuem sentidos e significados aos fatos. O papel dos jornalistas no processo de criação das notícias e, concomitantemente, na construção de realidades é, portanto, fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade. Mais do que isso, permeia a formação de uma normatividade. Esses profissionais são parte da sociedade, partilhando visões de mundo que os ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, de certo e errado, e que fornecem parâmetros que os ajudam a definir o que é ou não é notícia, e que, de modo geral, se aproximam dos valores dominantes e normatizadores da sociedade.

Percebemos os jornalistas muito auto-referentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, assim como grande parte dos grupos sociais, refletindo um certo etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica. Pareceram pouco afeitos à relativização, a perceber o significado das coisas nos contextos em que acontecem, a conhecer o “outro” nos seus próprios valores e não nos seus, a compreender que existem outras verdades que “são menos uma questão de essência das coisas, mas uma questão de posição” (Rocha, 1993). O etnocentrismo, aliado aos modos de trabalho dos jornalistas, demonstrou que há pouco espaço para a diversidade de pensamentos e valores que emergem de uma mesma sociedade, na qual estes profissionais se entendem como “bastiões da democracia”.

Por fim, salientamos que o que mais se pôde observar na produção das notícias foi o quanto o universo de valores daqueles jornalistas era confrontado diante de situações e pessoas/grupos diferentes. Isso não significa dizer que, nas produções noticiosas, como, por exemplo, a matéria do parque, os interlocutores tenham agido com o objetivo deliberado de desqualificar seus entrevistados. Pelo contrário, mostraram-se muitas vezes cientes de que suas incompreensões poderiam dar esse tipo de conotação, e dentro do que lhes era possível, na maioria das vezes, evitaram-na. Significa apenas dizer que esses profissionais manifestaram seus valores sociais, a forma como concebem as coisas do mundo, que em muito se parecem com os valores hegemônicos de nossa sociedade. Foi a partir dessas lentes que eles viram, interpretaram, mostraram e (re)construíram a realidade.

Referências

- BONETTI, A. 2009. Sermerssuaqs cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: S. TAQUETTE (org.) *AIDS e juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro, EDUERJ, p. 213-234.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 240 p.
- FISCHER, R. M. B. 1997. O Estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Revista Educação e Realidade: Cultura, Mídia e Educação*, 22(2):59-79.
- GENRO FILHO, A. 1987. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 13/3/2011.
- LOURO, G. L. 1997. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes, 179 p.
- LOURO, G. L. 2002. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: D. LOPES. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 23-28.
- LOURO, G. L. 2004. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 90 p.
- MEDITSCH, E. 1997. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 11/3/2011.
- MEYER, D. E. 2003. Gênero e educação: teoria e política. In: G.L. LOURO; J.F. NECKEL; S. GOELLNER (org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 9-27.
- PONTE, C. 2005. *Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis, Insular, 247 p.
- ROCHA, E. P. G. 1993 *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 124 p.
- RUBIN, G. 1993. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, In: H. ABELOVE; M. BARALE; D. HALPERIN (org.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, p. 3-44.
- SCOTT, J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 2(16):5-22.
- TRAQUINA, N. 2005. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, Insular, 216 p.

Submetido em: 24/10/2011

Aceito em: 07/11/2011